



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
COMANDO DA LOGÍSTICA

GABINETE DO COMANDANTE

Para: Estado-Maior do Exército
Comando do Pessoal
Comando das Forças Terrestres
Direção de Finanças
Academia Militar
Colégio Militar
Inspeção-Geral do Exército
Direção de Comunicações e Sistemas de Informação
Direção de História e Cultura Militar
Direção de Educação
Centro de Informação Geoespacial do Exército
Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos
Regimento de Transportes
Regimento de Manutenção
Unidade de Apoio Geral de Material do Exército
Unidade de Apoio do Comando de Logística
Direção de Infraestruturas

C/C: Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército
Direção de Aquisições
Direção de Material e Transportes

Nossa Referência


Nº: GABQMGRA-2017-000624 **Proc.º:** 00.770.0001, de 18 de Janeiro de 2017

Assunto: PREENCHIMENTO DO MAPA INTEGRADO DE REGISTO DE RESÍDUOS (MIRR) 2016

Refª (s): Ofício n.º 152, de 06Jan17, da DGRDN

Face ao assunto em epígrafe e de acordo com o documento em referência, encarrega-me o Exmo. TGen QMG de informar o seguinte:

1. A plataforma do Sistema Integrado do Licenciamento do Ambiente (SILiAmb) da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), que permite o registo dos resíduos produzidos e/ou armazenados nas U/E/O, encontra-se aberta de **01JAN17 a 31MAR17** para efeitos de inscrição e registo dos resíduos produzidos em 2016, à semelhança do que aconteceu no ano de 2016 para os resíduos produzidos em 2015.

 MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL EXÉRCITO PORTUGUÊS COMANDO DA LOGÍSTICA	Nota nº GABQMGRA-2017-000624	Folha 2 de 4
	Processo: 00.770.0001	Data: 18 de Janeiro de 2017

2. As U/E/O com obrigatoriedade de inscrição na plataforma são as que se enquadram no Artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, na sua redação atual, que se transcreve:

“Artigo 48.º


Obrigatoriedade de inscrição e de registo

1 — Estão sujeitos a inscrição e a registo de dados no SIRER:


- a) As pessoas singulares ou colectivas responsáveis por estabelecimentos que empreguem mais de 10 trabalhadores e que produzam resíduos não urbanos;
- b) As pessoas singulares ou colectivas responsáveis por estabelecimentos que produzam resíduos perigosos;
- c) As pessoas singulares ou colectivas que procedam ao tratamento de resíduos a título profissional;
- d) As pessoas singulares ou colectivas que procedam à recolha ou ao transporte de resíduos a título profissional;
- e) As entidades responsáveis pelos sistemas de gestão de resíduos urbanos;
- f) As entidades responsáveis pela gestão de sistemas individuais ou integrados de fluxos específicos de resíduos;
- g) Os operadores que actuam no mercado de resíduos, designadamente, como corretores ou comerciantes;
- h) Os produtores de produtos sujeitos à obrigação de registo nos termos da legislação relativa a fluxos específicos.

2 — Estão ainda sujeitos a inscrição produtores de resíduos que não se enquadrem no número anterior mas que se encontrem obrigados ao registo eletrónico das guias de acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos.”.

3. Circunstâncias em que os resíduos não devem ser registados no formulário B do MIRR pelas U/E/O (**não excluindo a sua inscrição na plataforma**):
- a. A produção de resíduos urbanos (RU) é inferior a 1100 litros por dia (resíduos colocados nos ecopontos, ecocentros ou contentores próprios recolhidos pelos serviços municipais e em que a responsabilidade de gestão está a cargo dos municípios), de acordo com o Decreto-Lei n.º 178/2006 na sua redação atual (n.º 2 do Artigo 5.º);

 MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL EXÉRCITO PORTUGUÊS COMANDO DA LOGÍSTICA	Nota nº GABQMGRA-2017-000624	Folha 3 de 4
	Processo: 00.770.0001	Data: 18 de Janeiro de 2017

- b. Os resíduos que foram reutilizados, os que foram reincorporados no processo produtivo, os subprodutos, e os resíduos para os quais não seja aplicável o Decreto-Lei n.º 178/2006 na sua redação atual (n.º 2 e n.º 3 do Artigo 2.º), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011.
4. Os resíduos urbanos, industriais, agrícolas, de construção e demolição, hospitalares, entre outros produzidos nas U/E/O que não se enquadrem no ponto 3 desta nota deverão ser declarados no MIRR.
5. Se os resíduos produzidos forem tratados na U/E/O (em operações sujeitas ou não a licenciamento), devem ser alvo de registo no MIRR onde, mesmo não havendo transporte de resíduos, o destinatário e o transportador deverão ser a própria U/E/O.
6. A U/E/O que assuma o Enquadramento MIRR “produtor de resíduos” por produzir resíduos perigosos, tem que declarar todos os resíduos que nele sejam produzidos, perigosos e não perigosos. Todos os resíduos produzidos têm de ser registados e não apenas os recolhidos ou entregues a um operador de gestão de resíduos.
7. No que respeita a sanções aplicáveis às U/E/O, o incumprimento da obrigação de inscrição e registo de dados constitui uma violação do disposto no artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 178/2006, na sua redação atual e, portanto, uma contraordenação ambiental grave, nos termos da alínea r), do n.º 2, do artigo 67.º do referido Decreto-Lei. Ainda, de acordo com as alíneas e) e g), do n.º 3, do artigo 67.º do mesmo Decreto-Lei constitui contraordenação ambiental leve, o incumprimento da obrigação de registo de dados ou o registo de dados incorreto ou insuficiente nos termos do artigo 49.º e o incumprimento dos prazos de inscrição e registo nos termos do n.º 1, do artigo 49.º-B.
8. Durante a data de inscrição e registo (01JAN17 a 31MAR17) é necessário seguir os seguintes procedimentos que se apresentam de uma forma resumida:
 - a. Comunicação da U/E/O (distrito, concelho, freguesia, morada, código postal, email e contacto telefónico) ao responsável do Exército (Repartição de Ambiente do Gabinete do Comandante da Logística), caso esta ainda não esteja inscrita na plataforma;

 MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL EXÉRCITO PORTUGUÊS COMANDO DA LOGÍSTICA	Nota nº GABQMGR-2017-000624	Folha 4 de 4
	Processo: 00.770.0001	Data: 18 de Janeiro de 2017

- b. O Comandante da U/E/O (designada estabelecimento no SILiAmb) nomeia um militar como responsável ou o responsável informa o representante do Exército caso transite do ano anterior;
 - c. O responsável do estabelecimento nomeado regista-se na plataforma (<https://siliamb.apambiente.pt/pages/public/login.xhtml>), caso ainda não o tenha feito, com a maior brevidade possível. O registo é feito com o NIF de cada responsável e não com o NIF do Exército, não havendo qualquer implicação para o militar que se inscreva;
 - d. Comunicação do responsável da U/E/O ao responsável do Exército (nome, posto, NIM, NIF, email e contacto telefónico);
 - e. O responsável do Exército verifica se a U/E/O tem enquadramento MIRR;
 - f. A U/E/O efetua o pagamento da Taxa SIRER caso tenha enquadramento MIRR;
 - g. O responsável da U/E/O preenche e submete o Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR), nomeadamente os separadores correspondentes à U/E/O que na sua grande maioria será apenas o “separador B” (não sendo conveniente abrir nem criar outros separadores que não sejam o “separador B” e o “separador resumo”).
9. O preenchimento e submissão deverão ser efetuados com a maior antecedência possível, por forma a evitar constrangimentos associados. Por exemplo, o pagamento da taxa SIRER demora em média **4 dias úteis** a ser verificada pela APA.
10. Para questões relacionadas com as fases do processo ou de preenchimento, consultar as páginas de apoio da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) disponíveis em:
- a. Apoio SILiAmb : <https://apoiosiliamb.apambiente.pt/> ;
 - b. Apoio ao preenchimento MIRR:
https://apoiosiliamb.apambiente.pt/sites/apoiosiliamb/files/documentos/Manual_SILiAmb-MIRR_v4%203_20151223.pdf .

Assinatura

O CHEFE DO GABINETE

X

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE

JOÃO ALBERTO CABECINHA QUARESMA FURTADO DE ALMEIDA
Cor Art